



SECRETARIA GENERALIS
SYNODI

SECRETARIA GERAL DO SÍNODO

Como ser uma Igreja sinodal em missão?

Cinco perspectivas para aprofundar teologicamente
em vista da Segunda Sessão da
XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos

Prefácio

«Mais que dizer que a Igreja tem uma missão, afirmamos que a Igreja é missão. “Como o Pai me enviou, também Eu vos envio” (Jo 20,21): a Igreja recebe de Cristo, o Enviado do Pai, a sua própria missão. Sustentada e guiada pelo Espírito Santo, ela anuncia e testemunha o Evangelho a todos os que não o conhecem ou não o acolhem, com essa opção preferencial pelos pobres que está radicada na missão de Jesus. Deste modo concorre para o advento do Reino de Deus, do qual “constitui o germe e o princípio” (cf. LG 5)» (*Relatório Síntese* da Primeira Sessão da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos [RdS], 8a). Crescer como Igreja sinodal é uma forma concreta de responder, cada um e todos juntos, a este apelo e a esta missão.

Os irmãos e as irmãs que participaram nas reuniões sinodais, e em particular os participantes na Primeira Sessão, fizeram uma experiência concreta da unidade e da pluralidade da Igreja. Mesmo num tempo como o nosso, marcado por crescentes desigualdades, por fortes polarizações e uma contínua explosão de conflitos, a Igreja é, em Cristo, sinal e instrumento de união com Deus e de unidade entre os homens, e é chamada a sê-lo de forma cada vez mais visível. Escutando o Espírito Santo, acolhendo o testemunho da Escritura e examinando com fé os sinais dos tempos, ela pode harmonizar as diferenças como expressão da riqueza inesgotável do mistério de Cristo. A experiência do Sínodo como prática da unidade na diversidade representa assim uma palavra profética dirigida a um mundo que se esforça por acreditar que a paz e a concórdia são possíveis.

1. A questão orientadora

O processo sinodal tornou-nos cada vez mais conscientes da nossa missão. Na Primeira Sessão da Assembleia, esta consciência foi progressivamente “tomando corpo”, orientando o caminho para a Segunda Sessão (outubro de 2024). O tempo entre a Primeira e a Segunda Sessão - explica o documento *Até outubro de 2024* (11 de dezembro de 2023) - vê-nos empenhados numa nova fase consultiva a partir da pergunta orientadora: «*Como ser Igreja sinodal em missão?*».

O objetivo é identificar os caminhos a percorrer e os instrumentos a adotar nos diversos contextos e circunstâncias, de modo a valorizar a originalidade de cada batizado e de cada Igreja na missão única de anunciar o Senhor ressuscitado e o seu Evangelho ao mundo de hoje. Não se trata, portanto, de nos limitarmos ao projeto de melhorias técnicas ou processuais que tornem mais eficientes as estruturas da Igreja, mas de trabalhar sobre as formas concretas do empenho missionário a que somos chamados, no dinamismo entre unidade e diversidade próprio de uma Igreja sinodal (*Até outubro de 2024*, n. 1).

Por isso, a atenção centrar-se-á no tema da participação de todos, na variedade das vocações, carismas e ministérios, na única missão de anunciar Jesus Cristo ao mundo. À luz da transformação missionária da Igreja, prevista na Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*, segundo a qual «a nova evangelização deve implicar um novo protagonismo de cada um dos batizados» (n. 120), refletiremos sobre o contributo para a missão que pode vir do reconhecimento e da promoção dos dons específicos de cada membro do Povo de Deus, e sobre a relação entre a obra comum e o ministério de autoridade dos Pastores. O nexos dinâmico entre a participação de todos e a autoridade de alguns, no horizonte da comunhão e da missão, será aprofundado no seu significado teológico, nas modalidades práticas em que se realiza e na concretude das disposições canónicas. O aprofundamento articular-se-á em três níveis, distintos mas interdependentes: o da Igreja local, o dos agrupamentos de Igrejas (nacionais, regionais, continentais), o de toda a Igreja na relação entre o primado do Bispo de Roma, a colegialidade episcopal e a sinodalidade eclesial. A indicação dos três níveis permite organizar os trabalhos em vista da segunda sessão da Assembleia, sem esquecer que se trata de três perspectivas interligadas através das quais se pode olhar para uma realidade unitária e orgânica: a vida da Igreja sinodal missionária.

2. Passos para a elaboração do *Instrumentum laboris* para a segunda sessão

Com base na pergunta orientadora, foi aberto um novo processo de consulta, com características diferentes das da primeira fase do processo sinodal, como explicado no documento *Até outubro de 2024*, pedindo às Conferências Episcopais e às Estruturas Hierárquicas Orientais que sejam a referência para esta parte do processo e coordenem a recolha dos contributos das Dioceses e Eparquias, definindo os métodos e os prazos. Estas últimas realizarão também o estudo aprofundado a partir da mesma questão orientadora a seu nível e a nível continental, conforme se considere oportuno e executável (cf. artigo 4.º). As sínteses que recolherão o fruto desta consulta, por parte das Conferências Episcopais, das Estruturas Hierárquicas Orientais e das Dioceses que não pertencem a nenhuma Conferência Episcopal, deverão chegar à Secretaria Geral do Sínodo até 15 de maio de 2024 e servirão de base para a redação do *Instrumentum laboris*.

Outros materiais serão acrescentados às sínteses, a começar pelos resultados do encontro internacional “Párocos para o Sínodo” (Sacrofano [Roma], 28 de abril - 2 de maio de 2024), convocado para responder à necessidade, repetidamente expressa durante a primeira fase e também durante a Primeira Sessão, de escutar e valorizar a experiência dos sacerdotes empenhados no ministério pastoral nas Igrejas locais, com vista a um maior envolvimento no processo sinodal.

Por fim, os resultados do estudo teológico efectuado por cinco Grupos de trabalho activados pela Secretaria Geral do Sínodo, na sequência do que a Assembleia repetidamente pediu e no espírito do que está previsto no art. 10 da Constituição Apostólica *Episcopalis communio sobre o Sínodo dos Bispos*, serão também incluídos nos materiais subjacentes ao *Instrumentum laboris*. Estes Grupos serão compostos por peritos, respeitando a necessária variedade de origem geográfica, género e

condição eclesial, e trabalharão com um método sinodal. Em particular, três Grupos centrar-se-ão principalmente nos três níveis acima indicados (um Grupo em cada nível), enquanto dois outros Grupos trabalharão nos dois eixos transversais, destacando as interconexões e interdependências entre os níveis, de acordo com as linhas gerais resumidas nos parágrafos seguintes.

3. Perspectivas a explorar

I. O rosto missionário sinodal da Igreja local

O *Relatório Síntese* aprovado no final da Primeira Sessão reconhece que a corresponsabilidade de todos na missão « deve ser o critério que está na base da estruturação das comunidades cristãs e de toda a Igreja local com todos os seus serviços, em todas as suas instituições, em cada um dos seus organismos de comunhão» (RdS 18b). A procura do rosto e dos caminhos da Igreja sinodal missionária envolve diretamente cada Igreja local, na pluralidade dos sujeitos que a constituem, sem esquecer que a tarefa de testemunhar o Evangelho une todos os batizados, para além das filiações confessionais, em virtude da comum dignidade batismal. O Grupo de Trabalho, que assumirá a perspetiva da Igreja sinodal em missão a nível da Igreja local, explorará pontos como:

- a) o significado e as formas do ministério do bispo diocesano como «princípio visível e fundamento da unidade» (*Lumen Gentium*, n. 23) da Igreja que lhe foi confiada e, em particular, as relações com o presbitério, os organismos de participação, a vida consagrada e as agregações eclesiais, numa perspetiva missionária (cf. RdS 12j);
- b) a introdução de estruturas e processos para a verificação regular do trabalho do bispo diocesano e de todos aqueles que exercem um ministério (ordenado ou não ordenado) na Igreja local, favorecendo a *accountability* (dar conta do exercício das próprias responsabilidades) por parte de todos, de diferentes maneiras (cf. RdS 12j);
- c) o estilo e o modo de funcionamento dos órgãos de participação. Será dada particular atenção à relação entre o momento consultivo e o momento deliberativo nos processos de decisão (cf. RdS 18g), assegurando que também as mulheres, onde ainda não o são, possam participar nos processos de decisão e assumir papéis de responsabilidade na pastoral e no ministério (cf. RdS 9m);
- d) A presença e o serviço dos ministérios instituídos e dos ministérios de facto, que podem contribuir para configurar de modo mais coral e eficaz a obra de evangelização da Igreja local no território e entre as culturas, valorizando os carismas e o papel dos leigos na realização da missão da Igreja (cf. RdS 8d-e), no respeito pela sua especificidade (cf. RdS 8f) e em relação à tensão entre a missão de santificação das realidades temporais e o desempenho de tarefas e ministérios no seio da Igreja (cf. RdS 8j), considerando também a oportunidade de instituir novos ministérios (cf. RdS 8n e 16p). Deve ser dada especial atenção ao «reconhecimento e valorização do contributo das mulheres e de um crescimento das responsabilidades pastorais que lhes são confiadas em todas as áreas da vida e da missão da Igreja. Para dar melhor expressão aos carismas de todos e para responder melhor às necessidades pastorais, como é que poderá a Igreja inserir mais mulheres nas funções e nos ministérios existentes? Se forem necessários novos ministérios, a quem cabe fazer o discernimento, a que nível e com qual modalidade?» (RdS 9i).

II. O rosto sinodal missionário dos agrupamentos de Igrejas

Em 2015, no seu *Discurso para a comemoração do 50º aniversário da Instituição do Sínodo dos Bispos*, o Papa Francisco afirmou que «o segundo nível do exercício da sinodalidade é o das Províncias e Regiões Eclesiásticas, dos Conselhos Particulares e, de modo especial, das Conferências Episcopais», referindo-se aos cânones 431-459 do Código de Direito Canónico, relativos aos agrupamentos de Igrejas particulares. Sublinhou a necessidade e a urgência de «reflectir para se realizarem ainda mais, através destes organismos, as instâncias intermédias da *colegialidade*, talvez integrando e actualizando alguns aspectos do ordenamento eclesial antigo. O desejo do Concílio de que tais organismos possam contribuir para aumentar o espírito da *colegialidade* episcopal ainda não se realizou plenamente. Estamos a meio do caminho, com uma parte do caminho». Aponta assim na direcção de uma «salutar descentralização», já expressa na Exortação Apostólica *Evangelii gaudium* (nº 16), retomada depois na Constituição Apostólica *Praedicate Evangelium* (II,2). O Grupo de Trabalho, que assumirá a perspectiva da Igreja sinodal em missão a nível dos agrupamentos de Igrejas, explorará pontos como:

- a) formas e condições que tornem possível o intercâmbio efetivo de dons entre as Igrejas (cf. RdS 4m), partilhando «riquezas espirituais, obreiros apostólicos e ajudas materiais» (*Lumen Gentium*, n. 13);
- b) o estatuto das Conferências Episcopais numa Igreja sinodal missionária, para que cresçam como sujeitos do exercício da colegialidade numa Igreja toda sinodal, aumentando também a sua própria autoridade doutrinal e disciplinar, sem limitar nem o poder próprio de cada Bispo na sua Igreja, nem o do Bispo de Roma como princípio visível e fundamento da unidade de toda a Igreja (cf. RdS 19);
- c) a oportunidade de alargar as estruturas de comunhão entre as Igrejas para além do nível das Conferências Episcopais, considerando como especificar o estatuto dos organismos que agrupam as Igrejas locais de uma área continental ou sub-continental, tendo em conta as necessidades de um diálogo fecundo com as culturas e as sociedades numa perspectiva missionária (cf. RdS 19).

III. O rosto sinodal missionário da Igreja universal

O processo sinodal em curso está a dar origem a um novo modo de exercer o ministério petrino. Assim, a nível da Igreja universal, está a surgir a questão da relação entre sinodalidade eclesial, colegialidade episcopal e primado do Bispo de Roma (cf. RdS 13a). O Grupo de Trabalho que se debruçará sobre esta perspectiva explorará pontos como:

- a) o contributo que as Igrejas do Oriente podem oferecer para o aprofundamento da doutrina do primado petrino, iluminando a sua intrínseca ligação com a colegialidade episcopal e a sinodalidade eclesial (cf. RdS 6d);
- b) o contributo do caminho ecuménico «compreensão católica do primado, da colegialidade, da sinodalidade e das suas relações recíprocas» (RdS 13b);
- c) o papel da Cúria Romana, como organismo ao serviço do ministério universal do Bispo de Roma, numa Igreja sinodal, considerando as relações entre a Cúria e as Igrejas locais, a Cúria e as Conferências Episcopais, a Cúria e o Sínodo dos Bispos, no espírito da Constituição Apostólica *Praedicate Evangelium* (cf. RdS 13c-d);

- d) as modalidades de exercício da colegialidade episcopal numa Igreja sinodal, tendo em conta a doutrina do Concílio Vaticano II e os desenvolvimentos teológicos e canónicos do período pós-conciliar;
- e) a peculiar identidade do Sínodo dos Bispos, articulando em particular o papel específico dos Bispos e a participação do Povo de Deus em todas as fases do processo sinodal (cf. RdS 20).

IV. O método sinodal

Para abrir as mentes e os corações ao acolhimento de Cristo presente no seu Espírito, somos chamados à meditação da Sagrada Escritura, à oração e à escuta recíproca, na disponibilidade para a conversão pessoal e comunitária. A escuta recíproca, em particular, exige o exercício constante de práticas que favoreçam, a todos os níveis da vida da Igreja, a articulação de quatro dimensões: *espiritual, institucional, processual, litúrgica*.

Ao longo do caminho percorrido, e sobretudo no decurso da Primeira Sessão, a prática do “diálogo no Espírito” foi testada e reconhecida como capaz de apoiar e exprimir a *dimensão espiritual* do caminho que estamos a percorrer. Praticar a “conversação no Espírito” não significa seguir uma técnica codificada, mas percorrer um caminho que exprime o carácter *per se* coloquial da Igreja, que brota do diálogo com que o próprio Deus, comunicando a sua vida, « fala aos homens como amigos e *convive (conversatur)* com eles» (*Dei Verbum*, 2).

Ao mesmo tempo, o método sinodal exige que se tenha em conta a *dimensão institucional*, própria dos órgãos e dos acontecimentos em que se exprimem a vida e a missão da Igreja, e a *dimensão processual*, prestando particular atenção à relação entre a elaboração das decisões (*decision making*) e a tomada de decisões (*decision taking*).

Estas três dimensões não devem ser concebidas como separadas: são aspectos distintos, cada um exigindo uma atenção específica, a serem pensados e vividos na sua unidade dinâmica. Por fim, como a liturgia é ao mesmo tempo espelho e alimento da vida da Igreja, o trabalho incidirá também sobre a *dimensão litúrgica*: «Se a Eucaristia dá forma à sinodalidade, o primeiro passo a dar é honrar a sua graça com um estilo celebrativo à altura do dom e com uma autêntica fraternidade» (RdS 3k).

O Grupo de Trabalho, que assumirá a perspetiva transversal do método sinodal, explorará pontos como

- a) a relação fecunda entre o enraizamento litúrgico e sacramental da vida sinodal da Igreja (escuta da Palavra e celebração da Eucaristia) e a prática do discernimento eclesial;
- b) uma melhor clarificação da configuração do “conversação no Espírito”, tendo em conta a pluralidade de declinações que conhece a partir da experiência de múltiplas espiritualidades eclesiais e de diferentes contextos culturais (cf. RdS 2i-j);
- c) o convite formulado pela Primeira Sessão da Assembleia Sinodal, por um lado, para «conversação no Espírito pode integrar os contributos do pensamento teológico e as ciências humanas e sociais» (RdS 2h) e, por outro lado, para que «os especialistas nos diferentes campos do saber a amadurecer uma sabedoria espiritual que permita que a sua competência especializada se torne um verdadeiro serviço eclesial» (RdS 15i) através da escuta mútua, do diálogo e da participação no discernimento comunitário;

- d) centrando-se nos critérios de discernimento teológico e disciplinar, especificando a relação circular, em obediência à Revelação e à escuta dos sinais dos tempos, entre o *sensus fidei* de todo o Povo de Deus e o Magistério dos Pastores, na perspectiva da “mudança de época” que estamos a viver;
- e) a articulação entre *decision making* e *decision taking* na perspectiva eclesiológica da relação entre a participação de todos e o exercício específico da autoridade por parte de alguns, identificando e especificando os âmbitos de competência (doutrinal, pastoral, cultural) dos diferentes sujeitos eclesiais e dos diferentes organismos e eventos em que se exprime a prática da sinodalidade;
- f) a promoção de um estilo celebrativo próprio de uma Igreja sinodal, que permita viver e testemunhar a participação comum de todos, respeitando e promovendo a especificidade das funções, carismas e ministérios de cada um.

V. O “lugar” da Igreja sinodal na missão

O atual processo sinodal mostra claramente como a referência ao princípio da «mútua interioridade» entre as Igrejas locais e a Igreja universal favorece o exercício sinfónico da sinodalidade, da colegialidade e do primado a diversos níveis (local, regional, universal). O “lugar” em que a Igreja é chamada a viver a comunhão, a participação e a missão é feito de muitos “lugares”. Isto não é apenas um facto, mas corresponde ao modo como «aprouve a Deus, na sua bondade e sabedoria, revelar-se [revelar-se em pessoa] e manifestar o mistério da sua vontade» (*Dei Verbum* 2). A relação com Jesus Cristo - mediador e plenitude de toda a revelação - é sempre contextual: ela “tem lugar”. O “lugar”, neste sentido, é gerador da experiência crente. É também um espaço hermenêutico no qual «cresce a compreensão tanto das coisas como das palavras transmitidas» (*Dei Verbum* 8) e o anúncio da verdade salvífica encontra expressões sempre novas: o “onde” é constitutivo da forma querigmática-

Vivemos numa época em que a relação das pessoas e das comunidades com a dimensão do espaço está a mudar profundamente. A mobilidade humana, a presença de diferentes culturas e experiências religiosas num mesmo contexto, a omnipresença do ambiente digital (a infosfera) podem ser considerados “sinais dos tempos” que precisam de ser discernidos.

As mudanças em curso e a consciência da pluralidade dos rostos do Povo de Deus exigem uma atenção renovada às relações entre as Igrejas locais que, em comunhão entre si e com o Bispo de Roma, constituem a Igreja de Deus, Igreja santa, católica e apostólica. Num mundo marcado pela violência e pela fragmentação, parece cada vez mais urgente o testemunho da unidade da humanidade, da sua origem comum e do seu destino comum, numa solidariedade coordenada e fraterna em prol da justiça social, da paz, da reconciliação e do cuidado da casa comum, superando assim o potencial divisor de alguns modos erróneos de entender a referência a um lugar, aos seus habitantes e à sua cultura.

O grupo de trabalho que assumirá esta perspectiva - transversal aos três níveis distintos das relações eclesiais: local, regional, universal - explorará pontos como

- a) o desenvolvimento de uma eclesiologia atenta à dimensão cultural do Povo de Deus (com referência ao que diz o Papa Francisco na *Evangelii gaudium*, n. 115: «A graça supõe a cultura, e o dom de Deus encarna-se na cultura de quem o recebe»). De facto, parece

necessário traduzir também a nível institucional o dinamismo recíproco entre evangelização da cultura e inculturação da fé, dando espaço às hermenêuticas locais, sem que o “local” se torne motivo de divisão e sem que o “universal” se transforme numa forma de hegemonia;

- b) a referência ao “lugar” na dinâmica do anúncio, em relação ao princípio segundo o qual «esta maneira adaptada de pregar a palavra revelada deve permanecer a lei de toda a evangelização. Deste modo, com efeito, suscita-se em cada nação a possibilidade de exprimir a mensagem de Cristo segundo a sua maneira própria, ao mesmo tempo que se fomenta um intercâmbio vivo entre a Igreja e as diversas culturas dos diferentes povos» (*Gaudium et spes*, n. 44);
- c) a referência à particularidade do “lugar” e às exigências da comunhão eclesial (nos diferentes níveis) na abordagem das grandes questões morais e pastorais;
- d) o impacto dos fenómenos migratórios que representam «uma realidade que remodela as Igrejas locais como comunidades interculturais. Muitas vezes, os migrantes e os refugiados, muitos dos quais transportam consigo as feridas do desenraizamento, da guerra e da violência, tornam-se uma fonte de renovação e de enriquecimento para as comunidades que os acolhem e uma ocasião para estabelecer um laço direto com Igrejas geograficamente distantes» (RdS 5d);
- e) o impacto da cultura do ambiente digital e das novas tecnologias sobre a noção de “local”. Por exemplo, todas as relações e iniciativas, incluindo as eclesiais, que se realizam em linha «têm um alcance e um raio de ação que se estende para lá dos confins territoriais entendidos de forma tradicional» (RdS 17h);
- f) as questões canónicas e pastorais abertas pela substancial migração de fiéis do Oriente católico para os territórios de maioria latina, para os quais «é necessário que as Igrejas locais de rito latino, em nome da sinodalidade, ajudem os fiéis orientais emigrados a conservar a sua identidade e a cultivar o seu património específico, sem sofrer processos de assimilação» (RdS 6c).

4. Alguns princípios de referência transversais

Será útil fazer referência a alguns princípios que se aplicam a cada uma das perspectivas indicadas.

O primeiro princípio é a missão de evangelização como motor e razão de ser da Igreja. A promoção da figura e da dinâmica sinodal da Igreja tem como objetivo manifestar e apoiar de forma credível e eficaz a sua missão, que é o critério último de todo o discernimento. Deve-se privilegiar o que é mais eficaz em termos de anúncio do Evangelho, tendo a coragem de abandonar o que se revela menos útil ou mesmo um obstáculo. É este impulso para a missão que faz com que o processo sinodal não seja um exercício em que a Igreja se olha ao espelho e se preocupa com os seus próprios equilíbrios, mas se projecta para o mundo e para a humanidade inteira, pedindo a cada membro do Povo de Deus o seu contributo insubstituível. O ecumenismo do sangue (cf. RdS 7d) recorda-nos com força que testemunhar o Evangelho até ao dom da própria vida são todos os baptizados, sem distinção de pertença confessional: é, portanto, a missão comum que constitui o vetor do caminho para a

unidade dos cristãos, a partir de formas concretas de colaboração, que devemos continuar a promover e a experimentar.

Se o impulso para a missão é constitutivo da Igreja e marca cada momento da sua história, os desafios missionários mudam com o tempo. Por isso, é preciso fazer um esforço para discernir os desafios do mundo de hoje: se não os identificarmos e não lhes dermos resposta, o nosso anúncio perderá atualidade e atratividade. Nesta necessidade está enraizada a atenção aos jovens, à cultura digital e à necessidade de envolver os pobres e marginalizados no processo sinodal, portadores de um ponto de vista capaz de revelar dinâmicas sociais, económicas e políticas que, de outro modo, poderiam permanecer ocultas. Qualquer mudança nas estruturas da Igreja deve ser concebida para responder eficazmente aos desafios da missão no mundo de hoje.

O segundo princípio é a promoção da participação na missão, que é dom e responsabilidade de todos os batizados, no exercício ativo do sensus fidei e dos respectivos carismas, em sinergia com o exercício do ministério da autoridade pelos Bispos:

A circularidade entre o *sensus fidei* com o qual são agraciados todos os fiéis, o discernimento operado nos diversos níveis de realização da sinodalidade e a autoridade de quem exerce o ministério pastoral da unidade e do governo descreve a dinâmica da sinodalidade. Tal circularidade promove a dignidade batismal e a corresponsabilidade de todos, valoriza a presença dos carismas difundidos pelo Espírito Santo no povo de Deus, reconhece o ministério específico dos pastores em comunhão colegial e hierárquica com o Bispo de Roma, garantindo que os processos e os eventos sinodais se desenvolvam na fidelidade ao *depositum fidei* e na escuta do Espírito Santo para a renovação da missão da Igreja (Comissão Teológica Internacional, *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*, n. 72).

A dimensão sinodal e a dimensão hierárquica não estão, portanto, em concorrência. A tensão que as une é uma fonte importante de dinamismo. Em particular, os processos de tomada de decisão são o lugar para lidar criativamente com esta tensão, de modo a que cada um possa exercer a sua responsabilidade específica, sem ser despojado dela.

O terceiro princípio é a articulação entre o local e o universal, tendo em conta a pluralidade e a consistência dos níveis intermédios. A Igreja una, santa, católica e apostólica existe nas e a partir das Igrejas locais (cf. *Lumen Gentium*, nº 23) em comunhão entre si e com a Igreja de Roma. Cada Igreja é, em Cristo e pelo Espírito Santo, o sujeito comunitário, convocado pela Palavra e edificado pelos Sacramentos, no qual o único Povo de Deus vive e caminha num contexto cultural e social específico, no qual se encarna o dom de Deus. Ao mesmo tempo, cada Igreja é chamada a partilhar com todas as outras os dons com que está enriquecida. Isto realiza-se através do ministério do seu Bispo, princípio e garante da unidade na participação sinodal de todos na sua missão, em comunhão colegial com os outros Bispos *cum Petro e sub Petro*, ao serviço de toda a Igreja (cf. Comissão Teológica Internacional, *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*, n. 61). A sinodalidade constitui, portanto, o contexto eclesial adequado para compreender e promover a colegialidade episcopal e descreve o caminho a seguir para promover a unidade e a catolicidade no discernimento dos caminhos a seguir em cada Igreja e na comunhão das Igrejas. O que procuramos é uma forma adequada ao mundo de hoje para viver a unidade na diversidade, experimentando a interconexão sem esmagar as diferenças e as peculiaridades, mas também sem perder de vista o facto de que alguns desafios - como o cuidado da casa comum, a migração ou a cultura digital - só podem ser enfrentados em conjunto.

O quarto princípio, o mais radical e exigente, mas ao mesmo tempo capaz de dar esperança e generatividade, é *o carácter primordialmente espiritual do processo sinodal*. Reunidos por Deus Pai, em Jesus Cristo, pela força do Espírito Santo, irmãos e irmãs na fé encontram-se e escutam-se mutuamente, cada um trazendo a perspectiva e o contributo da própria vocação, dos carismas e do ministério recebido. Este encontro e esta escuta não são um fim em si mesmos: abrem um espaço no qual se torna possível, em conjunto, discernir a voz do Espírito e acolher o seu chamamento. A todos os níveis, visamos o mesmo resultado: compreender o que o Senhor nos pede para fazer e estarmos disponíveis para o fazer. A tarefa dos discípulos, na verdade a sua própria identidade, é seguir o Mestre para onde quer que ele decida ir, para colaborar numa missão de salvação que é originalmente sua.

5. Caminhar juntos em direção a outubro de 2024

À medida que avança a preparação da Segunda Sessão da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, também graças às orientações aqui formuladas, prossegue o trabalho sobre as outras duas directrizes identificadas no *Relatório Síntese* da Primeira Sessão.

A primeira orientação é *manter viva a dinâmica sinodal nas Igrejas locais*, para que um número cada vez maior de pessoas possa experimentá-la diretamente. Reiteramos aqui o convite a todas as dioceses para relerem o *Relatório Síntese* a fim de identificar as solicitações mais significativas para a sua realidade e, com base nelas, ativar «as iniciativas mais adequadas para envolver todo o Povo de Deus» (*Até outubro 2024*, n. 2).

A segunda orientação consiste em aprofundar, de forma sinodal, uma série de questões de grande importância, que «devem ser tratadas a nível de toda a Igreja e em colaboração com os Dicastérios da Cúria Romana» (*ibid.*, Introdução). Estão a ser constituídos Grupos de Estudo para aprofundar as questões identificadas, como bem especifica o documento *Grupos de Estudo sobre as questões surgidas na Primeira Sessão da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos a aprofundar em colaboração com os Dicastérios da Cúria Romana*, publicado ao mesmo tempo que este. «Além disso, ao serviço do processo sinodal em sentido mais amplo, a Secretaria Geral do Sínodo activará um “fórum permanente” para aprofundar os aspectos teológicos, canónicos, pastorais, espirituais e comunicativos da sinodalidade da Igreja, também para responder ao pedido formulado pela RdS de “promover, em fóruns apropriados, um trabalho teológico para aprofundar a compreensão terminológica e concetual da noção e da prática da sinodalidade” (RdS 1p)». No cumprimento desta tarefa, será assistido pela Comissão Teológica Internacional e por uma Comissão canónica constituída ao serviço do Sínodo, de acordo com o Dicastério para os Textos Legislativos.

Não é possível traçar uma linha divisória clara entre os temas abrangidos pelo trabalho dos numerosos Grupos activados, a diversos níveis e segundo eixos diferentes: há muitas ligações, pontos de contacto e até sobreposições. Uma das tarefas da Secretaria Geral do Sínodo é fazer com que os trabalhos prossigam de forma coordenada e na escuta dos resultados gradualmente alcançados nos vários âmbitos, dando uma informação adequada à Sessão da Assembleia de outubro de 2024.

Vaticano, 14 de março de 2024